

Comércio amplia território em espaço público

Karina Falcone
Da equipe **Correio**

Se quiser cumprir a sua determinação de não tolerar invasões de áreas públicas, o governador Joaquim Roriz (PMDB) vai ter que comprar uma briga com os comerciantes do Plano Piloto. Em quase todas as quadras, os bares e restaurantes extrapolam os seus limites, ocupam irregularmente os espaços públicos e desrespeitam os moradores das superquadras. Na 206 Sul, uma das quadras mais tradicionais de Brasília, pelo menos dois restaurantes estão fazendo de calçadas e jardins uma extensão do seu comércio.

O restaurante Libanus já invadiu cerca de 140 metros quadrados da sua área. Por causa da irregularidade, pagou R\$ 4 mil em multas só no ano passado. Uma parte da área verde da

quadra foi cimentada e, onde havia calçada, há um salão para colocar mesas e cadeiras. Quanto mais avança, mais incomoda os moradores do bloco A, que fica atrás do restaurante.

Segundo uma das moradoras do prédio que não quer ser identificada, uma série de inconvenientes passou a fazer parte do dia-a-dia, desde que foi morar na 206, há um ano: na rua, ao tentar andar pela quadra; no estacionamento, quando chega em casa e não consegue vaga porque todas foram tomadas pelos clientes dos bares; e até dentro de casa, com o barulho que os clientes fazem quando estão acomodadas nas calçadas.

“É como se as pessoas estivessem dentro da nossa casa. Pelo menos até às 2h, enquanto o restaurante está aberto, é impossível ter um sono tranqüilo”, conta a moradora do prédio vizinho ao Libanus. Todos os

problemas, acredita ela, vêm da ocupação, por parte de uma empresa privada, dos espaços que deveriam ser de todos.

SUSPENSÃO

Um fiscal da Administração de Brasília foi ao Camarão e Cia, ontem, e determinou a suspensão de uma obra — estavam cimentando área verde. Seria mais um espaço público que o dono do estabelecimento estaria invadindo. Além de ocupar irregularmente algumas áreas das quadras, os comerciantes também fazem alterações na projeto original do Plano Piloto. Próximo ao Camarão e Cia, os pisos da passagem e das calçadas foram mudados para tornar o lugar mais ‘agradável’.

“Há algum problema em fazer um benefício público? A mudança da calçada foi para agradar os nossos

clientes”, explica a gerente, Fernanda Oliva. Entre as multas recebidas pelo Libanus, algumas são pela alteração do jardim e por um parquinho que foi colocado atrás do restaurante. “A gente faz coisas para melhorar o ambiente e ainda é castigado por isso”, argumenta o gerente do Libanus, Jurandir Pereira.

Por determinação do Governo do Distrito Federal, os donos de bares e restaurantes só poderiam avançar três metros em cada extremidade do seu estabelecimento, e ainda assim pagando uma taxa pela ocupação da área pública. Os seis metros extras dados pelo governo, entretanto, não foram o suficiente e, além das calçadas, as mesas dos bares e restaurantes estão enfileiradas pelas laterais das quadras comerciais.

“A movimentação no comércio prejudica a segurança da nossa qua-

dra. No final de semana, as minhas filhas não podem mais brincar ao lado do prédio. Não é seguro para as crianças”, lamenta uma moradora. “A preservação do Plano Piloto atrapalha o crescimento econômico. Meu restaurante emprega 47 funcionários. Isso não é importante?”, questiona o gerente do Libanus.

A Administração de Brasília ainda não definiu como vai tratar os estabelecimentos comerciais que estão ocupando os espaços públicos da cidade. Segundo o administrador, Herman Ted Barbosa, está sendo feito um levantamento de todos os bares, restaurantes e lojas que estão em situação irregular e, dependendo da quantidade, o assunto será levado para o governador. “Só sei que temos a orientação política de não tolerar qualquer tipo de invasão”, adiantou Herman.